



RIO GRANDE DO SUL

SINDICATO CONSEGUE GARANTIA DO PAGAMENTO DE DEZEMBRO DOS VIGILANTES DA SELTEC/CLÍNICAS



O sindicato teve reunião com os trabalhadores

Com audiência de mediação realizada segunda-feira (19), ficou acordado, por sugestão e requerimento do sindicato, que o Hospital de Clínicas vai realizar também, até seis de janeiro, o pagamento direto dos salários de dezembro dos vigilantes da Seltec que trabalham no posto, mais o vale-transporte, auxílio-combustível, vale-alimentação, férias vencidas e a segunda parcela do décimo terceiro.

Tanto a Seltec como o hospital concordaram com a sugestão da assessoria jurídica do Sindvigilantes do Sul, que esteve representado na audiência pelo advogado Maurício Vieira da Silva e o diretor financeiro, Luiz Henrique Aguiar. O recurso a ser usado será proveniente das faturas retidas da Seltec pelo Clínicas.

A Seltec deverá encaminhar ao hospital e ao sindicato a folha de pagamento das verbas dos vigilantes, incluindo a segunda parcela

do décimo terceiro, e o hospital assumiu o compromisso de efetuar os pagamentos, após o recebimento de todas essas informações e sua verificação, no prazo máximo de quatro dias, diretamente na conta dos trabalhadores.

Coordenou a mediação, que foi requerida pelo Hospital de Clínicas, o juiz Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa, vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Anteriormente, havia sido garantido, com a intervenção do sindicato, o pagamento direto dos salários de novembro e demais direitos referentes ao mês, que já foram integralmente recebidos pelos trabalhadores do posto. Durante essa negociação, o sindicato teve uma reunião com os trabalhadores e representantes do hospital, dia 7 de janeiro.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

CONFRATERNIZAÇÕES MARCAM O FINAL DE ANO DOS VIGILANTES EM ALAGOAS



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas realizou neste mês de dezembro as confraternizações de final de ano com os trabalhadores, reunindo centenas de associados da capital e do interior para um momento especial de celebração. As comemorações aconteceram nas cidades de Maceió, Piranhas, Delmiro Gouveia, Piaçabuçu, Penedo, Santana do Ipanema e União dos Palmares e incluíram um grande sorteio de prêmios para os associados.

Segundo o diretor do sindicato Cícero Sanfoneiro, as confraternizações aconteceram presencialmente após dois anos de suspensão por causa da pandemia. “O ano de 2022 chegou trazendo esperança para todos e a vacina no braço permitiu que empresas, instituições e entidades em geral pudessem retomar as festividades de forma presencial, o que representa uma grande vitória”, afirmou.

A programação incluiu também Assembleias Extraordinárias com os trabalhadores, onde foram discutidos assuntos de interesse da categoria e evidenciadas as conquistas obtidas ao longo do ano. O presidente do SINDVIGILANTES/AL, José

Cícero Ferreira, destacou que o Sindicato atuou de forma incansável em defesa dos direitos dos trabalhadores e que a categoria saiu fortalecida dos últimos 12 meses.

“Durante todo o ano o Sindicato esteve de perto, visitando os postos de serviço, conversando com os trabalhadores e atuando para que nenhum vigilante tivesse seus direitos violados. Lutamos por salários dignos e pagos em dia, melhores condições de trabalho, mais oportunidade de emprego, valorização e reconhecimento dos vigilantes no combate a violência, entre tantas outras questões, pois entendemos que na luta por direitos somos todos trabalhadores”, declarou o presidente.

Ferreira destacou também a participação do SINDVIGILANTES/AL no Congresso Nacional dos Vigilantes do Brasil, promovido pela CNTV-PS, em Salvador (BA). A pauta nacional incluiu o os desafios dos sindicatos para os próximos anos e os caminhos a serem trilhados para que a luta seja fortalecida.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Alagoas

Vitória da Enfermagem! Senado aprova PEC que viabiliza pagamento do piso salarial

A matéria, que já havia sido aprovada na Câmara dos Deputados na semana passada, segue para promulgação do Congresso Nacional

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



O Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (20), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 42/2022, que viabiliza pagamento do piso da enfermagem. Agora, a matéria que já havia sido aprovada na Câmara dos Deputados na semana passada, segue para promulgação.

A PEC direciona recursos do superávit financeiro de fundos públicos e do Fundo Social para financiar o piso salarial nacional da enfermagem no setor público, nas entidades filantrópicas e de prestadores de serviços com um mínimo de atendimento de 60% de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

O relator do texto favorável à aprovação, senador Fabiano Contarato (PT-ES), comemorou a aprovação e disse que essa é uma conquista da categoria. “Essa é uma importante conquista da categoria em favor da resolução dos questionamentos quanto às fontes de custeio. Com mais este avanço, esperamos que o STF aprecie os pedidos de urgência e revogue imediatamente a suspensão da Lei 14.434”.

A PEC 42/2022, resultante da discussão e aprovação de substitutivo aos textos da PEC 27/2022 e PEC 390/14 na Câmara, aponta a utilização de fundos públicos e do Fundo Social

para financiar o piso salarial da enfermagem no setor público, nas entidades filantrópicas e de prestadores de serviços, com atendimento mínimo de 60% de pacientes do SUS.

Contarato, que é autor do projeto que instituiu o piso nacional salarial para enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiras (PL 2564/2020), foi designado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para ser o relator da PEC 42/2022, que direciona recursos para o pagamento do piso salarial nacional da Enfermagem. A aprovação da proposta também pode pacificar a questão, já que o pagamento do piso está suspenso pelo STF.

Sobre o Piso

Contarato é autor do PL 2564/2020, que deu origem ao piso nacional da Enfermagem, que mobilizou a categoria e suas entidades de representação, além de parlamentares de todo o país. O piso da Enfermagem foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Poder Executivo se tornando a Lei 14.434/2022.

Atendendo a um pedido de liminar de uma ação movida pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde), o ministro Luis Roberto Barroso suspendeu os efeitos da Lei 14.434/2022 até que o governo federal, estados, Distrito Federal e entidades do setor esclarecessem acerca das fontes de custeio nos setores privado e público. A implementação do piso segue suspensa até decisão da Suprema Corte.

Pela Lei 14.434/2022, os enfermeiros têm direito um piso de R\$ 4.750. Esse valor é a referência para o cálculo dos vencimentos de técnicos (70%) e auxiliares de enfermagem (50%) e das parteiras (50%).

FONTE: Redação CUT

Câmara aprova PEC da Transição em 1º turno e deve concluir votação nesta quarta

Câmara reduz validade da PEC sobre teto de gastos de dois para um ano. Modificado, texto terá de voltar ao Senado



Exigência do presidente da Câmara, Arthur Lira, teriam dificultado a votação da PEC

A Câmara dos Deputados aprovou o texto-base da PEC da Transição (PEC 32/22) na noite desta terça-feira (20). A proposta de emenda à Constituição permite ao futuro governo deixar de fora do teto de gastos R\$ 145 bilhões no Orçamento de 2023. Com isso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, obtém mais uma importante vitória no Congresso. E toma posse em 1º de janeiro em condições de bancar o Bolsa Família de R\$ 600 mais R\$ 150 por filho até 6 anos. Além disso, poderá restabelecer o Auxílio Gás e a Farmácia Popular, serviços essenciais abandonados pelo governo “sainte”.

Foram 331 votos a 168 (confira como votaram os partidos e deputados). Para aprovar a PEC da Transição eram necessários 308 votos (três quintos da Câmara). A análise da proposta será retomada em sessão do Plenário prevista para as 10h, quando os deputados votarão destaques que podem mudar trechos do texto.

A votação estava prevista para a semana passada, mas as dificuldades trazidas pelos deputados – especialmente o presidente Casa, Arthur Lira (PP-AL) – retardaram a decisão. Desse modo, o texto aprovado ontem reduz de dois anos para um o efeito da PEC da Transição sobre o teto de gastos.

Ainda assim, não deixa de ser um passo importante alcançado pelo governo Lula. Isso porque, mesmo tendo estando aprovada pelo Senado com validade de dois anos, PEC já previa a construção – até agosto – de uma nova regra constitucional para substituir o teto de gastos.

A atual Emenda Constitucional 95, que instituiu o engessamento orçamentário em 2017, não permite ampliação de recursos do Orçamento acima da inflação, inclusive em áreas combatidas, como educação, saúde e assistência social.

Segundo turno, orçamento secreto e volta ao Senado

Por ter promovido alterações no texto votado pelo Senado – e outras ainda podem ocorrer na votação de hoje – o substitutivo do relator, deputado Elmar Nascimento (União-BA), terá de retornar àquela Casa para nova votação. O Congresso encerra os trabalhos do ano na sexta-feira (23).

Outra mudança feita decorre do acordo entre as lideranças partidárias e o governo eleito para alocar os recursos das emendas de relator-geral do Orçamento 2023. O chamado orçamento secreto foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na segunda-feira (19).

Pelo texto, o relator-geral poderá apresentar até R\$ 9,85 bilhões em emendas para políticas públicas (50,77% dos R\$ 19,4 bilhões das emendas de relator consideradas inconstitucionais). A outra metade irá para emendas individuais, que passam de R\$ 11,7 bilhões em 2023 (R\$ 19,7 milhões por parlamentar) para cerca de R\$ 21 bilhões.

**Fonte: Agência Câmara de Notícias
Por Paulo Donizetti de Souza | RBA**

Resolução da CUT valoriza eleição de Lula, mas alerta que os desafios serão muitos

“O ponto de partida é a organização, mobilização e a luta para retomada dos direitos trabalhistas e previdenciários que foram tirados ao longo dos últimos seis anos”, diz o texto



A última resolução de 2022 da Direção Nacional da CUT reforça a importância da eleição do presidente eleito, Lula (PT), ressalta a atuação o trabalho dos movimentos populares e sindical para garantir a vitória eleitoral e avisa que as mobilizações serão retomadas em breve.

Mobilizações essas, diz o texto, fundamentais para que seja consolidado o projeto de reconstrução do Brasil, com geração de emprego de qualidade, melhoria da renda e

justiça social e fortalecimento da democracia, tão atacada nos últimos anos como os direitos da classe trabalhadora.

São muitos os desafios, tarefas e objetivos, diz o texto, que afirma: “O ponto de partida é a organização, a mobilização e a luta para retomada dos direitos trabalhistas e previdenciários que foram tirados ao longo dos últimos seis anos, após o golpe contra a presidenta Dilma”.

Confira a íntegra da Resolução:

Resolução da Direção Nacional da CUT

A Direção Nacional da CUT, reunida nos dias 13 e 14 de dezembro de 2022, debateu a conjuntura política, seus desdobramentos para o país, os trabalhadores e trabalhadoras e também definiu ações para o enfrentamento desse período.

A CUT reafirma os termos da resolução da Executiva Nacional sobre a importância da vitória eleitoral do presidente Lula no segundo turno das eleições presidenciais com mais de 60 milhões de votos. Foi uma vitória do povo, da classe trabalhadora e também da democracia e da esperança para um novo projeto popular para o Brasil.

O ano de 2023, que marca os 40 anos da existência da CUT, será extremamente desafiador para o conjunto do movimento sindical e dos movimentos populares, que durante esse processo eleitoral tiveram um papel importantíssimo para o resultado vitorioso, ajudando a superar todos os obstáculos e manipulações levantados para favorecer a reeleição do presidente que acabou derrotado.

Será necessário fortalecer e valorizar o movimento sindical com identidade de classe. A CUT, por meio da sua aliança e liderança no movimento sindical e no seu relacionamento estratégico com os movimentos populares deve ser um elo importante para manutenção e aprofundamento da unidade sindical e popular, hoje agrupada na Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo e no Fórum das Centrais Sindicais. Uma atuação coordenada e organizada nessas frentes de luta, a partir das nossas pautas e reivindicações será fundamental para ajudar a reconstruir o Estado que foi destruído por esse governo neoliberal e de extrema direita.

A vitória eleitoral e política, extremamente importante para o país iniciar o resgate do Estado de Direito, a democracia e a recuperação dos direitos, sofrerá o assédio permanente dos setores fascistas e do neoliberalismo autoritário que atuam com duas faces da mesma moeda.

De um lado defendem abertamente um golpe militar com atos de fechamentos de rodovias ou em frente a quartéis, promovendo o terror, como fizeram no último dia 12 em Brasília.

De outro lado, as forças do neoliberalismo resistem à derrota do projeto da austeridade sem limites e buscam barrar a PEC do Bolsa Família e dificultar o cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo eleito.

Nesse sentido, a CUT, juntamente com o Fórum das Centrais, as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, os partidos do campo progressista e toda a militância social devem retomar, em breve, as mobilizações. Os Comitês de Luta e as Brigadas Digitais devem se consolidar como instrumento de organização e diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras e com o povo brasileiro sobre as alternativas políticas e econômicas que tenham como prioridade a inclusão e a justiça social.

Em 2023, além do aniversário de 40 anos da CUT, também vamos realizar o nosso 14º CONCURTO. Essas duas atividades devem proporcionar um debate privilegiado com a classe trabalhadora sobre a atualidade da ação sindical e da CUT. Muito além de comemarmos o aniversário lembrando o que foi feito, o momento será de reflexão sobre a nossa organização e a ampliação da nossa representação. Hoje, 50% da mão de obra brasileira está fora do modelo clássico de organização sindical. Precisamos debater como superar o sindicalismo de “carteira azul” para representar mais e mais trabalhadores e trabalhadoras, desde seus territórios de vida e trabalho aos seus anseios, que extrapolam o contrato de trabalho.

Todos esses desafios, tarefas e objetivos da CUT e do movimento sindical têm como ponto de partida a organização, a mobilização e a luta para retomada dos direitos trabalhistas e previdenciários que foram tirados ao longo dos últimos seis anos, após o golpe contra a presidenta Dilma.

Para além disso, o movimento sindical deverá se organizar para uma ação mais ofensiva e

propositiva em defesa da retomada da política de valorização do salário mínimo, da geração de emprego de qualidade e renda, da valorização do serviço público e do servidor público, da revisão da tabela do imposto de renda e de uma reforma tributária progressiva, da retomada da reforma agrária e das políticas de fortalecimento e ampliação da agricultura familiar, do cooperativismo e economia solidária, das políticas de promoção dos direitos das mulheres, da população negra, LGBTI e da juventude na vida e no trabalho, do meio ambiente, da Amazônia e dos povos do campo, das águas e da floresta. Nosso desafio é organizar todas essas reivindicações e agendas de debates para mobilizar a classe trabalhadora para disputarmos a agenda política do próximo governo.

De imediato e desde a posse de Lula em 1º de janeiro, à qual convocamos a mais ampla participação das e dos cutistas, para a CUT, a prioridade nos primeiros cem dias de governo Lula é retomar os direitos que nos foram roubados pelas reformas trabalhista e previdenciária no último período e acabar com medidas de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho que possibilitou ao capital ampliar a exploração.

Temos certeza que nossas entidades filiadas, nossas instâncias organizativas estão à altura dos debates e das lutas que precisamos impulsionar ao longo dos próximos anos e que se iniciam em 2023.

Viva a Classe Trabalhadora!

Viva a Central Única dos Trabalhadores!

14 de dezembro de 2022.

Direção Nacional da CUT

FONTE: CUT Nacional

AVISO IMPORTANTE

O Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e Tocantins informa aos senhores sindicalistas laborais que, frequentemente, falsários usam nomes fictícios de procuradores do Trabalho, inclusive, falsificando logo do Ministério Público do Trabalho e solicitando contribuições para atender pseudos trabalhadores resgatados.

É Golpe!

Denuncie à Polícia e ao Ministério Público do Trabalho da sua região.

Confira nossos contatos oficiais:

- MPT no Distrito Federal: (61) 99415-5047 e (61) 3307-7288;
- MPT em Palmas (TO) e Gurupi (TO): (63) 3236-4800;
- MPT em Araguaína (TO): (61) 99415-5586;
- prt10.atendimento@mpt.mp.br;
- <http://www.prt10.mpt.mp.br>.

MPT-DF/TO - MPT-DF

Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e em Tocantins - PRT 10ª Região. PTM PALMAS e PTM GURUPI: Quadra 103 Sul, Avenida LO 01, Conjunto 4, nº 77 - Palmas (TO).

www.prt10.mpt.mp.br

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF